

# CONCEPÇÕES DE NATUREZA E CONFLITOS PELO USO DO SOLO EM PARATI-RJ: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA NOÇÃO DE REDES SÓCIOTÉCNICAS <sup>1</sup>

Mariza Costa Almeida<sup>2</sup>

## Introdução

Este artigo objetiva analisar as mudanças nas relações sociais no campo oriundas tanto da transformação do município de Parati/RJ em Monumento Nacional ocorrida em 1966, como também pelas medidas para a preservação do meio ambiente adotadas posteriormente.

As mudanças ocorridas serão identificadas a partir dos atores locais que com elas estavam relacionados: as suas opiniões acerca dos fatos, processos e acontecimentos vividos, procurando ver como estas atingiram o seu cotidiano, seu modo de ver e fazer as coisas. Assim sendo, buscou-se identificar também, como estes atores se mobilizam e como vêm a sua mobilização, como se interligam, impondo-se uns aos outros e como utilizam os diversos recursos disponíveis, sejam eles costumes, regulamentações de preservação do meio ambiente ou do patrimônio histórico, novas técnicas de manejo da terra, etc, de forma a analisar como os seus interesses foram ou não impactados com este processo, como a partir daí outros interesses foram construídos e o processo de adaptação ao novo quadro.

Um segundo aspecto trata das concepções de natureza encontradas entre os vários atores a partir das práticas realizadas no processo de produção e o surgimento de conflitos, devido às diversas propostas de uso do solo e de organização do espaço físico.

Entre os grupos sociais entrevistados encontram-se posseiros, assentados dos projetos de reforma agrária, os pescadores sejam eles artesanais ou não, as várias agências governamentais da esfera federal, estadual e municipal, os empresários do setor de turismo. Estes atores de acordo com os seus interesses articulam-se em redes. Assim, em Parati, articulam-se duas diferentes redes.

---

<sup>1</sup> Este artigo fundamenta-se na dissertação de Mestrado em elaboração no CPDA/UFRRJ, sob a orientação do Prof. John Wilkinson.

<sup>2</sup> Agrônoma, ITERJ/RJ. Mestranda no Curso de Desenvolvimento Agrícola do CPDA/UFRRJ. E-mail: Marizac@agentel.com.br

## **O tombamento do conjunto arquitetônico e da Mata Atlântica**

Nas entrevistas, os atores associam o início do processo de mudanças ao tombamento do município. A primeira iniciativa é de 1945, quando o conjunto arquitetônico é tombado através de Decreto Estadual, que modificou o Código de Obras do Município, estabelece a delimitação do bairro histórico e fixa condições para construções dentro do seu perímetro. Em 1958 o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) inscreveu o bairro histórico no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico e Paisagístico, pois havia um entendimento que a proteção a nível estadual não estava sendo suficiente.

Desde o início da década de 60 o DPHAN fez diversas tentativas para que o Município passasse a ser considerado como Patrimônio Nacional, porque considerava esta medida necessária para garantir a “integridade da área de Parati”, ou seja, do conjunto arquitetônico e da mata circundante, que estava exposta à “especulação imobiliária e à devastação florestal”. Os apoios para esta proposta vieram de vários setores do governo estadual, da Câmara Municipal, da Confederação Nacional do Comércio, de alguns artistas e intelectuais. Finalmente, em 24/03/66 o Presidente da República assina o Decreto 8.077 convertendo em Monumento Nacional. Esta medida aumentou a abrangência do Tombamento, pois passava a incluir além da zona urbana toda a área rural. A justificativa era baseada em: garantir a integridade do acervo histórico paisagístico, permitir a execução de um plano de desenvolvimento urbanístico, reconstituição do patrimônio florestal, comunicações rodoviárias e incrementar o turismo. O artigo quinto estabelecia que o Ministério da Agricultura realizaria estudos que visassem assegurar a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal e promoveria reflorestamentos.

A população do município não chegou a ser consultada sobre estas medidas. Em 1945, com o decreto no âmbito estadual, era o período do Estado Novo e em 1966 a Ditadura Militar. Assim para um morador da cidade a população assiste a essas iniciativas da seguinte forma: **“Parati teve tanta decadência e tanta coisa, que realmente se olhou com um olhar meio esquisito. Mas logo em seguida o Patrimônio investiu algum dinheiro. Naquele tempo eles investiam na conservação de prédios antigos, a preservação de alguns prédios de pessoas mais carentes, de pessoas mais pobres e não teve nenhum movimento significativo contra o patrimônio. Até que eles foram tendo o conceito de que esses**

**tombamentos fizeram com que Parati se desenvolvesse hoje com o turismo. Não fora isso, a gente não teria essa cidade com essa importância turística, importância de movimento comercial que hoje tem.”**

Em abril de 1966, o DPHAN solicita a ajuda do Ministério da Agricultura para que tomasse medidas no sentido de sustar os desmatamentos em Parati. Em parecer da Agência de Recursos Naturais Renováveis do Rio de Janeiro é sugerida e depois aprovada no Conselho Florestal, a transformação da região em Parque Nacional ou Reserva Florestal. E, em 4/2/71, foi criado o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Em junho de 72 um novo decreto reduziu a área abrangida. Mesmo assim, continuou alcançando parcela significativa da área municipal, isto é aproximadamente 50% da área rural. No seu interior são permitidas apenas as atividades de turismo e pesquisa.

O que chama a atenção neste processo é que para manter a harmonia de um aspecto relevante a ser preservado, ou seja, o núcleo do patrimônio edificado, o tombamento foi também estendido para a vegetação. Esta interseção entre patrimônio edificado e patrimônio natural parte do pressuposto de que o **“patrimônio edificado sem um fundo soberbo de vegetação, fica muito a desejar”**. Na mesma visão a mata **“é a moldura do conjunto arquitetônico colonial”**. Ou que o IBPC (Instituto Brasileiro de Preservação Cultural, atual denominação do DPHAN) está interessado na manutenção das matas **“pelo entorno, a ambiência, a gente não pode deixar que um sobreviva sem o outro”**.

Além da interseção entre patrimônio histórico e natural, existem outros dois aspectos que influenciaram nas iniciativas de preservação da cobertura vegetal no município. Ou seja, o fato de Parati possuir a única porção representativa e em bom estado de conservação da Mata Atlântica na região Sudeste, apresentando as suas variações e características, inclusive os vários estágios e transições das mata higrófilas de encosta aos manguezais, espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. E também, a abertura da Rodovia Rio-Santos, ocorrida na década de 70, que ocasionou a valorização das terras e uma crescente especulação imobiliária. Outras unidades de preservação foram criadas posteriormente: o Parque Estadual de Paratimirim, Área de Preservação Ambiental de Cairuçu, a Reserva Ecológica da Juatinga, o Tombamento Provisório da Mata Atlântica e a Reserva Biosfera. Todos estes decretos possuem alcance jurídico diversos no tocante ao que é permitido ou não fazer no interior da

área deles objeto, e em parte, se superpõem fisicamente, abrangendo cerca de 87% da superfície total do município.<sup>3</sup>

### **A criação das redes**

Ao buscar suporte teórico para realizar a análise desta problemática, procurei me apoiar na noção das redes sóciotécnicas, cujos principais autores são Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Ambos fazem parte de uma nova reflexão, cujo ponto de partida é a sociologia da ciência, e possuem uma visão crítica das concepções estruturalistas e essencialistas do comportamento e da ação social.

A noção de rede, é um conceito alternativo ao indivíduo, à estrutura, e tenta mostrar que a ação social deve ser analisada através do agente contextualizado. Ou seja, que a posição e a interação entre os atores, cristalizam relações, que não são tão fixas como a estabelecida no conceito de estrutura, ao mesmo tempo que não são soltos quanto a do indivíduo, mas que são a própria rede. Estas podem então serem definidas como: “... a global network is a set of relations between na actor and its neighbors on the one hand, and between those neighbors on the other. It is a network that is built up, deliberately or otherwise, and, that generates a space, a period of time, and a set of recourses in which innovation may take place. Within this space - we call it a negotiation space - the process of building a project may be treated as the elaboration of a local network - that is, the development of na array of the heterogeneous set of bits and pieces that is necessary to the successful production of any working device.” (Law, J., Callon, M., 1992).

---

<sup>3</sup> O Parque Estadual de Paratimirim, é formado por terras desapropriadas para a reforma agrária em 1960, as Fazendas Paratimirim e Independência. Em 1976, apesar dessas terras serem ocupadas por posseiros foram doadas à Cia. De turismo do Estado do Rio de Janeiro (FLUMITUR) para que criasse este Parque Estadual. Mesmo com o cancelamento da doação dez anos depois, o Decreto da criação do Parque não foi cancelado e nem foi iniciada a sua implantação. A Área de Proteção Ambiental de Cairuçu localiza-se na parte sul do município, e tem por objetivo conciliar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre, protegendo os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população. Pretende organizar e normatizar as atividades no seu interior, a partir da elaboração de Plano Diretor que definiria os tipos de uso do solo. Embora tenha sido criada em 1983 este Plano Diretor ainda não foi elaborado. O tombamento do trecho fluminense da Serra do Mar/Mata Atlântica, foi realizado em fevereiro de 1991, pelo Governo Estadual. Justifica-se pela exploração intensa para a retirada da madeira e ocupação humana. Em Parati praticamente se superpõe às unidades de preservação anteriormente citadas, embora atinja cotas mais baixas, diminuindo as áreas utilizáveis. A Reserva Ecológica da Juatinga, foi criada por Lei Estadual em 1991, abrangendo a área sul do município e se superpõe à APA Cairuçu e a área compreendida no tombamento da Mata Atlântica. Em 1992, a Mata Atlântica passa a ser considerada como Reserva da Biosfera, que tem por finalidade a proteção da biodiversidade.

Através da noção de redes, o que esta tradição procura captar é como os atores se comportam, à medida em que eles estabelecem um tipo de poder ou de identificação em torno de propostas específicas, de forma a verificar a existência de alguma força acima do comportamento dos atores.

É a partir, então, deste conceito de rede, que eu vou identificar em Parati, os atores que conformam as redes que disputam o espaço municipal no tocante ao tema do ordenamento do solo.

Um outro elemento a ser considerado, é que essas redes sóciotécnicas, dão muita atenção ao que é chamado de conteúdo híbrido das redes, ou seja, do fato delas serem ao mesmo tempo sociais e tecnológicas. Assim, procura explorar outros materiais técnicos, podem operar, no sentido de se infiltrar, de forma a reorganizar, enriquecer, ou até mesmo dissolver, o que mais usualmente é tratado de relações sociais. Esse conceito explica como coisas diferentes, como o social e o técnico, são mantidos juntos. Para ratar isto, considera-se que as relações entre os atores são cristalizadas, tendo como base, objetos e variáveis. É fundamentalmente, em função de manter os elementos materiais que intermediam as relações sociais que estabelecem a continuidade e a estabilidade das relações. Estes elementos técnicos, são chamados de híbridos. Também recebem outras denominações por parte de outros autores, como quase-objetos na visão de Michel Serres e de intermediários por Michel Callon.

No caso específico desta análise, toda a regulação de preservação do meio ambiente criada em Parati, que se constituem em quase-objetos, será analisado a partir de duas perspectivas, sendo que a primeira aponta como os homens as construíram, a partir de que pressupostos, a partir de quais necessidades, e a segunda onde é abordada o que estas regulações, enquanto objetos, fizeram no sujeito, que modificações provocaram neles. Ou seja, as medidas para preservação do patrimônio edificado e natural em Parati não são apenas o fruto das ciências, das várias técnicas de preservação e manejo, elas também se originam no meio social e dele sofrem influência. Assim, para entender o desenvolvimento do conhecimento científico e dos sistemas técnicos deve-se buscar a reconstrução simultânea do contexto social sob o qual eles agem. A teoria das redes sóciotécnicas sugere que a evolução simultânea da sociedade, dos artefatos tecnológicos e do conhecimento da natureza deve ser estudada a partir de três conceitos: ator mundo, tradução e rede (Callon e Latour, 1981; Latour, 1994; Callon, 1986).

O ator mundo, ou ator-iniciador, é aquele que inicia a construção de uma rede. Ele busca ligar-se a entidades heterogêneas, especificando a sua identidade, seu espaço dentro da rede, o tipo de laço que os une, o seu tamanho e a história que eles vão fazer parte (Callon, 1986; Murdoch, 1994).

No caso de Parati, a primeira intervenção no espaço rural foi do atual IBPC. Até então, as propostas para tombamento, estavam restritas no núcleo urbano, mais especificamente ao bairro histórico. A medida em que a cidade foi declarada monumento nacional, alguns artigos deste decreto já previam esta intervenção, ou seja a manutenção da vegetação, objetivando a permanência do “fundo paisagístico”, da “moldura” do casario colonial. Neste quadro rápido, vemos o IBPC definindo seu mundo: Parati, Monumento Nacional. A partir desta proposta foi criada uma rede, na qual o ator mundo foi o IBPC. E este começou a definir para os outros elementos da rede o papel que deveriam desempenhar, a identidade que passariam a assumir, o espaço que ocupariam, o tamanho que deveriam ter, os interesses que os manteriam ligados e a história dentro da qual todos eles estariam interagindo. As outras entidades, passaram a participar da rede, porque os seus interesses os aproximavam do IBPC. E assim encontramos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Prefeitura Municipal, o comércio de turismo (pousadas, restaurantes e agências de excursão), uma parcela dos proprietários rurais, as organizações não governamentais ligadas ao meio ambiente. É interessante ressaltar que a entrada de todas elas não se deu ao mesmo tempo, somente quando interesses comuns as aproximavam.

Estes outros integrantes desta rede possuem papéis distintos, mas no conjunto transformam-se e complementares, em função do seu interesse maior, que é a preservação do patrimônio histórico, do seu entorno, da cobertura vegetal, da Mata Atlântica. Segundo esta perspectiva cabe ao município legislar sobre a ocupação urbana, mas com a concordância do IBPC. O papel do IBAMA é a fiscalização das áreas rurais sob legislação de preservação nacional, bem como o controle da pesca, já que é proibida por alguns meses, quando certas espécies encontram-se em fase de reprodução, é o chamado período do defeso. O IEF tem função semelhantes ao IBAMA nas áreas protegidas por legislação estadual, excluindo-se a fiscalização da pesca. Ao comércio de turismo cabe a recepção aos turistas que vão a Parati. Uma parcela dos proprietários rurais, embora sofra restrições com relação ao uso do solo, alinha-se nesta rede, pelas perspectivas de vantagens que o turismo pode vir a

proporcionar, que exigem um ambiente conservado. E as entidades não-governamentais ligadas à preservação ambiental cabe exigir que estas áreas sejam mantidas, e também realizam um trabalho de divulgação de localidades pouco conhecidas.

Mas, nesse contexto houveram entidades que estavam também presentes, que devido aos seus interesses opuseram-se a entrar nesta rede. Os posseiros atuais, os caiçaras (este misto de agricultor e pescador que ocupava o litoral), foram duplamente atingidos, tanto pela impossibilidade de continuarem a praticar o seu tradicional sistema de produção, assim como pela pressão para que saíssem da terra. Toda a mobilização inicial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati voltou-se no sentido de manter os posseiros nas terras que ocupavam. E num segundo plano, também contemplava o questionamento e a resistência às medidas de conservação ambiental que restringiam as as práticas agrícolas tradicionais que utilizavam. E desta foram, constituíram um outro ator-mundo, pela proposta diferente da anterior que apresentavam, pois tinham como objetivo manter a reprodução social como pequenos produtores e posseiros. E, ao criarem uma nova rede, mobilizaram um outro conjunto de entidades, a Igreja, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO).

E assim, os papéis também foram definidos nesta rede. A Igreja e a CPT apoiaram o Sindicato e os trabalhadores na sua luta pela terra e ajudaram no enfrentamento contra os Órgão de fiscalização ambiental, o INCRA passou a intervir nos conflitos fundiários criando três assentamentos no município e tendo uma quarta área em processo de desapropriação. Nas discussões sobre como viabilizar a produção nos assentamentos a polêmica com o IBAMA ganhou forma, e o INCRA encaminhou a discussão junto ao IBAMA para delimitação do Parque Nacional da Serra da Bocaina nas áreas contíguas aos assentamentos e de novas alternativas para a agricultura. A EMATER-RIO, quando passou a dar assistência técnica nos assentamentos reforçou a discussão sobre alternativas para a pequena produção em Parati. O IDACO, ao estender o trabalho que realizava em Angra dos Reis, para Parati também passa a apoiar a pequena produção local, propondo entre outros pontos o cultivo de espécies agroflorestais em áreas degradadas.

Para estudar como as relações são estabelecidas, como se expandem e como são mantidas, usa-se o conceito de tradução. Esta se realiza quando numa determinada situação um ator consegue produzir uma nova interpretação dos seus interesses e divulga-las para os outros convencendo-os de sua visão, isto é, ele consegue construir uma versão e impô-la na sociedade (Callon e Latour, 1981).

O primeiro componente da tradução é o tradutor-representante, onde este passa a ser o representante das demais entidades, O IBPC passa a falar em nome do IBAMA, do IEF, dos empresários de turismo, da Prefeitura, entre outros já citados. Esse processo guarda semelhanças com um político ou um partido político falando em nome de seus pares ou classe social que ele diz representar (Callon, 1986). Da mesma forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passa a falar em nome desta categoria.

A tradução constitui-se numa primeira iniciativa. Depois, ela pode se completar ou não. Caso ela tenha sucesso, passa a construir uma rede a partir de algumas entidades, em função da semelhança de seus interesses. Ela pode ser vista como um processo onde regras são definidas e um cenário é delineado, e sua meta é a criação de relacionamentos mais ou menos estáveis entre os integrantes. A medida em que é uma definição inicial não está implícito que vai ocorrer uma aceitação pelas demais entidades e que não ser verificada a existência de resistências externas. Cada ator, em função de seus interesses possui limitações. Um ator, pode abandonar o ator-mundo e contra-atacar. Em Parati, pelas limitações impostas às práticas agrícolas pelas medidas de preservação, os pequenos produtores e caiçaras sentiram-se excluídos da rede já criada. Neste caso um ator, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, decidiu criar um novo ator-mundo, quando os seus interesses não foram contemplados pelo ator-mundo criado pelo IBPC.

Em Parati, a princípio o ator mundo IBPC, se propôs a criar uma legislação que garantisse a preservação do bairro colonial, considerada como um dos símbolos do patrimônio brasileiro, e isto significava a permanência da vegetação criando a ambiência necessária. Na década de 70, com a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, este objetivo é aumentado, pois o decreto de criação do Parque é uma legislação que visa conservar o meio ambiente local. E a partir do final da década de 80 observa-se uma nova ampliação com a proposta do manejo sustentado e o aparecimento de novas técnicas de exploração visando que seja garantida a biodiversidade, a futura exploração dos genomas necessários vida humana e a

exploração sustentada dos recursos naturais, que serão melhor explicados no terceiro item.

A noção de ator-mundo abandona a análise sociológica com as suas categorias sociais preestabelecidas, e sua rígida divisão sócio/natural. E medida em que insere entidades heterogêneas num grupo de relacionamentos heterogêneos, o ator-mundo coloca-os dentro da rede. Isto faz com que cada entidade seja reduzida para poucas propriedades as quais são compatíveis com relacionamentos estabilizados entre as entidades. IBPC, um órgão que preserva o patrimônio histórico, pode cooperar com o IBAMA, entidade que preserva os recursos naturais; natureza que mantém a biodiversidade através da qual pode ser mantida a sustentabilidade.

### **As concepções de natureza**

Na seção anterior eu indiquei que cada rede em Parati, unifica uma forma de um certo tipo de vida, de um espaço produtivo e de reprodução. Assim em cada uma podem ser identificados os elementos técnicos que formam a base do padrão comum de atividade e isto se expressa nas várias possibilidades de uso do solo - agricultura, pesca, preservação, turismo - ou seja, de como deve ocorrer o manuseio da natureza e é em referência a estes que os atores entram ou não em acordo. Eles se juntam em torno de um uso comum de certos artefatos ou objetos técnicos. Então, é em torno destes objetos técnicos que este debate passa a se desenvolver, porque o que está em jogo é um conjunto de mecanismos e princípios de atividade (Callon, 1991). E o que está subjacente a isto, no estudo de caso em questão, é que surge uma situação nova, um uma superposição de situações cristalizadas em legislações sob a maneira pela qual o homem deve lidar com a natureza num determinado período. Neste sentido, é que eu procuro captar a vivência dos atores com relação natureza, em torno de um conjunto determinado de intermediários, que eles usam em comum, e que se expressam nas técnicas utilizadas para o desenvolvimento da agricultura e manuseio dos recursos naturais tanto na área de Mata Atlântica quanto do mar.

A noção de tradução citada na seção anterior indica que cada vez que uma nova técnica é introduzida num determinado contexto, corresponde a uma nova definição do corpo social, implicando numa mudança na coletividade (Latour, 1993).

Até a criação do Parque, a maioria dos pequenos produtores de Parati plantava culturas de subsistência. O sistema de plantio pode ser explicado por este

trecho de entrevista com um técnico da EMATER: **"é o hábito da coivara, um homem faz uma, existe uma palavra: a tiguera, é uma palavra indígena, que nada mais, nada menos é do que um roçado de quatrocentos metros quadrados, então ali ele planta o arroz, o feijão, o aipim e a cana. Então ele cultiva e depois ele retira essa cultura, ele abandona aquela área e devido ao clima aqui, aqui é natureza é muito pujante, num ano aquela área recupera e você já vê as plantas pioneiras...Aí ele sai dessa tiguera e volta, vai para outra área, vai e faz esse mesmo processo. No outro ano, quando ele volta aqui, aquilo já virou um capoeirão imenso, já tem árvore que tem que derrubar novamente, aí sim ele faz um processo errado, que é o fogo."** Além disso nas encostas, eles raleavam a mata e plantavam a banana.

No período anterior ao ato em que a cidade foi considerada monumento nacional existia uma tradução do espaço físico rural, pelo qual este era destinado à exploração da agricultura, pecuária, extração da madeira e palmito. Um espaço que podia ser usado, explorado e manipulado de acordo com regras próprias estabelecidas por aqueles que detinham a posse ou a propriedade da terra, seguindo talvez o saber fazer, a cultura perpetuada por gerações, ou novas técnicas aprendidas no intercâmbio com outros grupos. Porém a partir da criação do Parque passam a existir medidas de restrição ao uso do solo no seu interior. As culturas de subsistência, como o feijão e a mandioca plantadas no sistema de corte e queima do mato passaram a ser reprimidas. Uma nova proposta de uso do solo surge: a pesquisa e o turismo. O fato do Parque não ter sido implantado de uma maneira efetiva, através da desapropriação e indenização de seus ocupantes, gerou uma situação conflitiva, que atinge diretamente os pequenos agricultores, na maioria posseiros, que viviam no seu interior. A medida em que se proibiu o que antes era permitido, sem apresentação de novas alternativas, provocou uma instabilidade muito grande e fez surgir o receio de ser multado ao explorar a terra. Esta situação é vivida como uma ameaça à sua reprodução social, como neste trecho de entrevista com Valentim da Conceição, posseiro e diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: **"Aqui em Parati vão tombando tanta coisa, que vão acabar tombando o trabalhador rural, que não vai poder mais trabalhar."**

Assim observa-se que cada rede atendendo a seus interesses propõe um conjunto de técnicas para a região. Os pequenos produtores desejavam continuar a sua reprodução social, a partir dos instrumentos e costumes que possuíam, e a nova proposta de preservação reprimia essas atividades. Um dos técnicos do IBAMA

falando sobre o que pensava a população diz a respeito das propostas de preservação diz: **"De uma maneira geral eu acho que a população não tem, não morre de simpatia por estas atividades, por estas instituições, porque antes eles praticavam agricultura de subsistência com mais facilidade, com menos controle, e eles temem muito a apreensão de ferramentas, multas e então em termos de opinião popular, na opinião pública o homem do campo em geral não vêem essas coisas com muita simpatia, mas eles compreendem, grande partes eles compreendem, que estes meios tem uma finalidade. Eu acho que de um tempo para cá diminuiu o desmatamento aleatório, assim degenerado, diminuiu. Mas na verdade, o IBAMA também pecou porque não conseguiu regularizar este Parque, não conseguiu criar um plano de manejo, demarcar, desapropriar as pessoas, então as pessoas continuam morando numa área que sempre moraram, só que com uma ameaça que é a presença do Parque, só que na prática nunca virou."**

A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, foi tomada, num período em que a característica principal do movimento ecológico no Brasil era chamada ambientalista, e que, objetivava entre outras metas, a proteção de ecossistemas naturais e o combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas que se encontravam ameaçadas pela expansão urbano-industrial (Viola, 1967). As propostas desta política ambiental visavam limitar a possibilidade de escolhas das formas de intervenção humana no local, sejam elas relativas às proibições ou restrições à caça de animais considerados em processo de extinção, ou nos seus períodos de reprodução, como por exemplo o caso do defeso do camarão e da sardinha em Parati. Ou das estações ecológicas onde pode ocorrer apenas a pesquisa aplicada à ecologia e campanhas de educação ambiental. Ou das reservas biológicas, voltadas unicamente à preservação da flora e da fauna. Ou dos Parques, com as finalidades científicas, educativas e recreativas. Ou das APA's de caráter científico, educativo, recreativo e econômico, desde que condicionado a áreas restritas pelo Plano Diretor. Ou ainda, o EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente), que permite estimar o potencial de degradação de um determinado projeto, aumentando a possibilidade a prevenção dos efeitos e fazendo com que o Estado possa se antecipar às consequências da modificação do ambiente.

Neste caso, a natureza assume uma outra dimensão, pois não é mais um espaço produtivo e sim, de preservação de recursos em extinção e abrigo de espécies animais. É evidente, que sob esta ótica as possibilidades de uso do solo são outras,

bem como as técnicas de exploração. No lugar de técnicas de plantio e manejo de diversas culturas, as propostas por este grupo são de outro tipo, ou seja, circunscritas ao processo de regeneração e seleção natural.

A partir de meados da década de 80, a presença do INCRA começa a se tornar mais forte na região com a implantação de assentamentos rurais em antigas áreas de conflito pela posse da terra. Em 85 ocorreu a imissão da posse na Fazenda Barra Grande, onde permanecem 70 famílias assentadas. Neste mesmo ano o INCRA também é imitado na posse da Fazenda Taquari, com o assentamento de 120 famílias. O mesmo se sucedeu na Fazenda São Roque onde o número de assentados é de 52. Uma outra área a Fazenda Serraria encontra-se desde este período com um processo judicial de desapropriação mas sem a imissão na posse.

Uma iniciativa interessante do técnico do INCRA que trabalhava nos assentamentos de Parati em 1988, foi levar os assentados à uma Estação Experimental localizada no vizinho município de Ubatuba para conhecer as pesquisas sobre o plantio de algumas culturas de interesse agrícola no interior da Mata Atlântica, como por exemplo o palmito, o cacau, a baunilha e a pimenta do reino. O palmito que era uma cultura extrativa daquela região foi a que mais interessou aos agricultores, não só por ser algo que alguns já exploravam de forma extrativa, mas também porque estavam sendo conduzidos experimentos com variedades de ciclo mais curto. Ao começar a incentivar este plantio, um debate foi aberto nos assentamentos, pois se alguns assentados achavam interessante outros consideravam que o INCRA estava impondo a introdução desta cultura. Mas, mesmo depois com a saída deste técnico do trabalho mais direto na região esta proposta continuou a ser desenvolvida pelo escritório local da EMATER e depois pelo IBAMA quando da instalação do escritório da APA do Caiuru. Hoje, os dois Orgão assistem vários pequenos produtores que introduziram estas culturas e para aumentar o número de interessados produzem mudas e que são distribuídas na época do plantio para alguns produtores previamente escolhidos. Os plantios tem sido realizado com recursos dos próprios agricultores pois ainda não existe algum tipo de financiamento. Mesmo porque, se o Decreto Federal 9.500 permite o manejo sustentado de espécies da Mata Atlântica, como é o caso do palmito, ele também prevê que a regulamentação ser feita nos estados através de uma Lei Estadual, e isto ainda não ocorreu no Rio de Janeiro. Uma outra possibilidade que começa a interessar empresários com propriedades na região é o manejo de uma outra espécie, a caixeta, que é encontrada nas áreas de baixadas úmidas, e que produz uma

madeira utilizada na produção de artesanato. Outras propostas estão em discussão no município e vão além do plantio puro e simples do palmito, ampliando as possibilidades, e aproximando-se de cultivos agro-florestais.

Estas últimas propostas tem um ponto em comum, que é o manejo sustentado de espécies da Mata Atlântica, ou seja, um novo grupo de técnicas. Elas também derivam de um outro conceito de natureza, diferente dos anteriores, onde tanto a possibilidade de exploração do solo quanto a preservação estão reunidas.

Procurando voltar à discussão colocada no início desta seção sobre o fato de que cada rede possui uma relação comum sobre certos objetos técnicos e que em Parati, esta era construída pelas propostas e técnicas de uso do solo. Assim, os pequenos produtores e posseiros tentavam viabilizar a sua reprodução social através da continuação da exploração do solo segundo os métodos e costumes que possuíam. O IBAMA, por sua vez, tinha uma outra proposta de que colocava-se em oposição a esta, por excluir a realização de atividades econômicas no interior do Parque, propondo que o mesmo fosse destinado para a pesquisa e turismo. Este enfrentamento durou por bastante tempo, com cada rede se mobilizando no sentido de implantar a sua visão de mundo. Com a introdução da possibilidade de usar uma nova técnica, ou seja, o manejo sustentado de espécies nativas da Mata Atlântica, um novo objeto técnico começou a ser discutido na região e mesmo estando ainda num estágio inicial de implantação, sem ser legitimado legalmente, deve ser ressaltado.

Um outro fato que pode também vir a se tornar importante na avaliação das possibilidades de reprodução social destes tipos de agricultores é a avaliação inicial de um técnico do IBAMA de que o decreto do Parque talvez possa ser revisto, sendo que as áreas ocupadas pelos agricultores seriam transformadas em APA's e somente o restante permaneceria como Parque, mas esta é uma discussão ainda muito restrita.

### **Os modos de ordenamento**

Os conceitos abordados anteriormente, são fundamentalmente do lado francês, mas essa tradição tem também um forte desenvolvimento na literatura anglo-saxônica, que abordou outros aspectos desse enfoque, sobretudo uma outra face mais ligada à etnometologia. Então este esforço tenta entender, a partir da interpretação dos atores, o que está em jogo, porque pressupõe que não existe outro ponto privilegiado para análise. Nesse sentido, vou adotar também o enfoque de John Law (1994), que

ênfatiza, que não existe uma ordem social única, e que é preciso construir, através da pesquisa a maneira pela qual diferentes atores tentam ordenar o seu mundo, e o mundo dos outros.

Para reproduzir o que ocorreu em Parati, na versão de cada um dos principais atores, eu busquei a noção de modo de ordenamento. Embora estes possam vir a serem considerados apenas como formas de narrar o mundo, abordam também o caráter da ação, a natureza e as características das relações organizacionais. E, à medida em que os atores tentam ordenar o mundo, eles interligam-se em torno das redes.

Em Parati, as formas de organização do espaço físico, as propostas de uso do solo, são tratados como modos de ordenamento.

De acordo com as entrevistas, foram explicitados três modos de ordenamento, que guardam relação com as técnicas de uso do solo e concepções de natureza acima citados, e que eu chamei de modo de ordenamento caiçara, conservacionista e sustentável.

No primeiro caso, o modo de ordenamento caiçara, pode ser apreendido através de seguinte trecho de entrevista: "O caiçara, ele é chamado de caiçara, porque ele usa as 2 fases: a fase agrícola no tempo agricultável e a fase de pesca, no tempo da pesca. Porque tudo tem seu tempo. Então, ele aproveita os dois tempos..."

Este modo de ordenamento está referenciado.

E com esta história explicita-se um modo de ordenamento, que eu chamo de modo de ordenamento caiçara. Ele está referenciado em ações que mantinham as tradições, os costumes, a agricultura como era realizada, com o aceiro, a queima e a destoca de uma área para plantio e que depois era deixada repousando por uns dois a quatro anos, enquanto uma outra era incorporada à agricultura. Estas histórias revelam um interesse dos camponeses de que estas práticas permanecessem, pois era um período em que eles podiam viver, pescar e plantar, sem outras restrições além daquelas existentes nas próprias normas com as quais eles conviviam. Esses interesse os levam a resistir às mudanças.

Eu não pretendo aqui tratá-lo como uma antítese dos outros dois modos de ordenamento devido à sua prática de queimada que causaria a degradação dos solos e diminuição da cobertura vegetal. As minhas observações procuram, então, se centrar em ver como este modo de vida constituía seus agentes e suas relações com os outros agentes e com a natureza.

Não se pode ignorar, que este modo de ordenamento representava mais do que um determinado tipo de práticas agrícolas, mas também uma forma de ligação com a terra num período em havia a possibilidade de moradia junto ao mar e anterior às ameaças e concretização dos despejos.

Outras entrevistas tratam da preservação da Mata Atlântica. Esta, devido às suas particularidades, às diferentes nuances, tem duas vertentes, a conservacionista e a sustentável, devido ao enfoque que cada uma dá ao grupo de técnicas e medidas através das quais esta preservação será implementada.

Em cada uma delas dados e conseqüências fazem parte das possibilidades abertas na perspectiva de avaliação das formas mais adequadas para se obter a almejada preservação do bairro histórico.

**“O tombamento do Estado é só da cidade, o tombamento é de 45. A cidade de Parati foi tombada em 58, agora o município em si, em 66 houve o Decreto do Castelo Branco que converteu Parati em monumento nacional. E a partir do Decreto se instalou um processo de planejamento no município, que culminou com o tombamento do município pelo IPHAN. Também incentivou o tombamento do Parque Nacional da Bocaina, que também foi posterior ao Decreto que converteu Parati em Monumento Nacional.”**

Com a criação do Parque, houve um profunda alteração no uso do solo municipal, pois aproximadamente 60% da área agrícola deixou de ter esta finalidade, passando a ser destinada à preservação.

Os atritos entre os modos de ordenamento conservacionista e o caiçara foram grandes na visão dos moradores da área rural. O IBAMA ao exigir o cumprimento do artigo terceiro do Decreto de criação do Parque que estabelecia:”As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais da região abrangida pelo Parque ficam sujeitas ao regime especial do Código Florestal em vigor e outras leis específicas, concernentes à matéria” sem que por outro lado encaminhasse as desapropriações indispensáveis à instalação do Parque, conforme consta do parágrafo primeiro do artigo segundo do mesmo Decreto, criou uma situação anômala, que tem gerado inúmeras divergências entre os atores locais, pois é um novo modo de ordenamento do solo, convivendo com o antigo, pela necessidade de reprodução social dos grupos já instalados na área que ficou sendo o interior do Parque.

Se o modo de ordenamento caiçaras e apoia nos costumes, o outro modo de ordenamento, o conservacionista, tem sua base, sua força, nas leis que criam as

unidades de conservação e estabelecem a política de preservação e no meio ambiente. Existem regras, normas e deveres a serem seguidos: não plantar em determinados locais, não pescar em determinadas épocas. As ações para garantir esta ordem são vistas como violentas, repressivas, pois distribuem multas, apreendem materiais e mercadorias, realizam prisões de infratores. Seus atos, que estão corretos no seu ponto de vista e nos interesses gerais da humanidade são incorretos para outros, pois as medidas implementadas ignoravam a sobrevivência de famílias que estavam no interior da área do Parque, antes de sua criação. Sobre este ponto de vista pode-se dizer que todos os modos de ordenamento estão empenhados na justiça e na legalidade, mas eles atuam sobre isto diferentemente.

Um dos técnicos do IBAMA entrevistado tem consciência do problema e apresentou uma proposta de modificação no perímetro do Parque para contemplar este problema, além de sugerir o manejo sustentado de espécies nativas da Mata Atlântica como Alternativa econômica.

Isto evidencia, o novo modo de ordenamento que está acontecendo na área rural do município, que no contexto desta dissertação eu chamo de modo de ordenamento sustentável. Ele representa uma maneira de resolução de parte do atrito entre os dois outros modos de ordenamento. Procura também, respeitar as características físicas do relevo, solo, clima e vegetação locais. E, ao mesmo tempo não ignora a presença dos moradores nas áreas do Parque e das demais unidades de preservação.

Ele não está mais circunscrito apenas às possibilidades de plantio do palmito nas áreas de mata secundária ou terciária e começa a estabelecer sua presença em outros meios, como por exemplo, no novo plano Diretor da cidade que está sendo revisado.

No caso da pesca, surgiu uma proposta de instalação de recifes artificiais no Saco do Mananguá, visando evitar a pesca intensiva que ameaça a permanência e o desenvolvimento das espécies que vivem na região. Segundo o autor da proposta este visaria também :

*“Recuperar a produção biótica, impedir a pesca comercial, e incrementar a pesca artesanal, sem prejudicar ou colocar em risco a navegação.”*(Bernardes, 1994)

Mas, devido à polêmica com pescadores do município, que consideravam a colocação destes recifes tinha como o objetivo principal de gerar maior tranquilidade

para os proprietários de casas de veraneio na região, além de existir a possibilidade de que estes destruíssem o casco dos barcos, estes recifes não foram instalados.

### **Considerações finais**

Para concluir, eu acho interessante fazer uma ligação entre toda esta reflexão e a noção de irreversibilidade. O grau de irreversibilidade de uma tradução é consequência da impossibilidade da tradução voltar ao ponto onde ela era somente uns contra os outros e em segundo lugar da forma pela qual são determinadas as traduções subsequentes. (Callon, 1991). Por esta ótica, podem existir períodos em que várias propostas tecnológicas estarão existindo, com suas idéias e soluções sendo debatidas. Neste processo, ocorre a valorização de alguns desses elementos técnicos ou dos grupos sociais que os criaram ao mesmo tempo que existe também uma concorrência entre os mesmos. Nestes momentos não está em jogo necessariamente a eficiência econômica de uma prática, mas um conjunto de fatores culturais e políticos. Onde um começa a se impor ao outro e passa a atrair os investimentos, a ciência, começando a se tornar mais eficiente.

No tocante à irreversibilidade, eu considero muito difícil, que a tradução proposta pela rede IBPC - BAMA - IEF - Prefeitura Municipal - Comércio de Turismo, seja desarticulada em Parati, voltando ao ponto em que esta seria mais uma tradução entre diversas outras, pela gama de interesses envolvidos. De uma forma geral, a população economicamente ativa de Parati hoje vive em torno do comércio de turismo, com este avançando inclusive para a área rural, na construção de pequenas pousadas, com o conceito de ecoturismo despontando em novas iniciativas comerciais. Haja visto que na revisão do plano diretor isto não foi questionado, a discussão fica em torno de gabarito nas áreas de entorno, de como o turismo pode se expandir mais nas praias situadas fora de perímetro urbano, com a construção de hotéis, resorts, a cada vez mais a paisagem sendo também utilizada como ponto de apoio para atração de novos grupos de turistas. E isto permite também avaliar, que a nova tradução, não parte apenas de “Parati, Monumento Nacional” é “Parati, Monumento Nacional e de paisagens belíssimas, de mar e de florestas”.

Do ponto de vista da irreversibilidade, o que a rede Sindicato dos Trabalhadores Rurais - CPT - EMATER - IDACO fez em Parati, foi tentar buscar resistir, quando viu ameaçada de perda da terra e da possibilidade da sua reprodução

social enquanto agricultores. Eu acho, que aquele passado antigo, com a vida de caçara, ele, não volta mais daquela forma, as transformações são muito grandes, e tudo indica que o novo modo de vida vai continuar. Mas considerando a noção de tempo que Latour propõe, este passado está também próximo, e pode retornar sob outra roupagem, unido a outros elementos do presente, dentro das possibilidades do manejo sustentado. Essa rede, não conseguiu impedir que outra se estabelecesse, nem a ameaça, o que ela fez foi se adaptar ao quadro de mudança, para continuar a existir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLON, M. *The Sociology of an Actor-Network: The case of the Electric Vehicle in Mapping The Dynamics of Science and Technology*, Londres: Macmillan, 1986.

CALLON, M. *Techno-economic networks and irreversibility in A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technoogy and Domination*, Londres: Routledge, 1991.

CALLON, M. e LATOUR, B. *Uncrewing the Big Leviathan: How Actors Macro-structure Reality and How Sociologists help them todo so* in *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.

GRYSPAN, M. (org), *Levantamento histyrico dos Conflitos de Terra do Estado do Rio de Janeiro (1959- 1990)*, SEAF, 1990 (mimeo).

LAW, J., Callon, M., *The Life and Death of an Aircraft: A Network Analysis of Technical Change in "Shaping Technology / Building Society in Sociotechnical change"* Wiebe E. B. e Law, J.. The Massachusetts Institute of Technology Press, Londres, 1992.

LAW, John. "Organizing Modernity". Blackwell, Oxford UK & Cambridge USA, Londres, 1994.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34,1994.

LOPES,J.A.V. *Meio Ambiente e Políticas Públicas: Tradição Regulatória e Aspectos Redistributivos Emergentes*. Rio de Janeiro IUPERJ, Sri Estudos, 1994.

MURDOCH, J. *Weaving the Seamless Web: A Consideration of Network Analysis and its Potencial application to the Study of the Rural Economy*, Working Paper 3, CRE, Newcastle Upon Tyne, 1994

VIOLA, E.O *Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)* in *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

## **DOCUMENTOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATI. *Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal. Diagnóstico Ambiental, Econômico e Social*, 1995.

IBPC. *Processo administrativo de Tombamento de Parati número 563-T-57*

SEMA. *Área de Proteção Ambiental de Cairuçu - Parati - RJ: informações básicas, por Vicente Moreira Conti e outros*. Brasília, 1987

RIO DE JANEIRO (Estado). *O Tombamento da Serra do Mar / Mata Atlântica*. 1991